

# JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 34°C  
Mínima: 22°C

ANO XXII - Nº 8958 - TERESINA (PI), QUINTA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00  
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

## AGESPISA

### Secretários discutirão subconcessão na Alepi

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Themístocles Filho (PMDB), disse terça-feira, dia 21, que os secretários de Fazenda, Rafael Fonteles, e de Administração, Franzé Silva, participarão da audiência pública que ocorrerá na Assembleia Legislativa para debater o processo de licitação da subconcessão dos serviços da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa).

Na manhã de terça, a Assembleia aprovou requerimento apresentado pelo deputado Gustavo Neiva (PSB) pedindo que a audiência pública seja realizada no horário do grande expediente da sessão plenária do próximo dia 7 de março com a presença da superintendente do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado, Viviane Moura, e do diretor do Tribunal de Contas do Estado, Plínio Castro.

Na segunda-feira, dia 20, o governador Wellington Dias reuniu-se com o presidente do Tribunal, Olavo Rebelo, e todos os conselheiros no Tribunal de Contas do Estado (TCE) para tratar sobre a subconcessão da Agespisa. Por recomendação do TCE, a licitação dos serviços de abastecimento de água, es-

goto e saneamento teve o seu andamento suspenso.

Segundo Wellington, o sistema de esgotamento precisa de investimentos. "Não é só Teresina, temos que cuidar de todo o estado. Esse é um processo integrado, com três níveis. O primeiro contempla as cidades maiores, outro as cidades médias e ainda um para as cidades e comunidades menores", pontuou o chefe do Executivo.

Para o governador, será necessário um investimento de R\$ 4,7 bilhões para que, em 10 anos, o fornecimento de água seja universalizado. "Isso só é possível por meio de Parceria Público-Privada. Não temos outra alternativa, nem pelo estado, nem empréstimos ou pelo Governo Federal. Estamos tocando uma carteira de obras que estava em andamento e adiante serão feitas a partir dessa modelagem", disse.

Wellington Dias pediu agilidade no processo. "Respeitaremos qualquer resultado do TCE, mas faço um apelo e acredito que darão agilidade, claro que respeitando o tempo dos procedimentos e dentro da legalidade, para que assim tenhamos menos riscos para o sistema", afirmou.

# suacidade

## NOMEAÇÕES ANULADAS

Por determinação do Tribunal de Contas do Estado, a Prefeitura de Pedro II demitiu 34 servidores vinculados ao concurso público realizado em 2014, nomeados no final do ano passado e contratados de maneira irregular. De acordo com a decisão, a anulação leva em conta a denúncia do Ministério Público Estadual de que a nomeação no final do mandato da gestão de Neuma Café teve o intuito de prejudicar a nova gestão do prefeito eleito Alvimar Martins. Além disso, as nomeações foram realizadas sem existirem cargos disponíveis para o provimento das vagas, sem previsão orçamentária e desprovidas de estudo de impacto orçamentário financeiro necessário. O prazo para o cumprimento da decisão por parte da administração municipal é de cinco dias após o recebimento da notificação sob pena de multa.

Página 5. Editoria Piauí

EXEMPLAR DO ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

Líder em credibilidade

# ODIA

66  
ANOS

Teresina, Piauí, Quarta 22 de Fevereiro de 2017

R\$ 2,00 | NACIONAL R\$ 4,00 | ANO 66 - Nº 18.693

Fechamento 21h | 30 páginas

AGESPISA

## Franzé e Fonteles vão à Alepi para defender subconcessão

Na tentativa de acalmar os ânimos da oposição em relação a subconcessão dos serviços da Agespisa, os secretários de Fazenda, Rafael Fonteles, de Administração, Franzé Silva e a superintendente de Parcerias e Concessões, Viviane Moura, confirmaram presença em audiência pública que será realizada na Assembleia Legislativa do Piauí. A audiência está marcada para o dia 7 de março.

A audiência pública contará com a presença de representantes do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério

Público de Contas. Ela foi aprovada em requerimento apresentado pelo deputado Gustavo Neiva (PSB).

Desde segunda-feira (20), deputados estaduais de oposição ameaçam solicitar ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), a suspensão da análise do processo em que a segunda colocada na licitação, Aguas do Brasil, acusa favorecimento à primeira colocada, Aegea Saneamento e Participações S/A.

Ontem (21), Gustavo Neiva defendeu novamente que a análise do TCE seja suspen-

sa e disse que vai procurar o presidente da corte, Olavo Rebelo, para tratar sobre o assunto. Por outro lado, o governo pede agilidade do TCE na análise, tendo em vista que desde o início de 2015 planeja a subconcessão do abastecimento de água e esgotamento sanitário de Teresina, mas o processo anda a passos lentos. Na avaliação do governador, a subconcessão vai atrair investimentos de R\$ 1,7 bilhão para universalizar os serviços na capital.

(João Magalhães)



UNIÃO

# Ação do MP pede suspensão de decreto de emergência

Cícero Portela  
(PortalODIA.com)

O Ministério Público do Estado ingressou com ação civil pública por ato de improbidade administrativa em desfavor do prefeito de União, Paulo Henrique Medeiros Costa, com o propósito de suspender imediatamente um decreto assinado no dia 2 de janeiro de 2017, por meio do qual o prefeito declarou situação de emergência e calamidade financeira no município. A ação foi ajuizada pela promotora de Justiça Gianni Vieira de Carvalho.

O MP-PI apurou que, mesmo sem ter déficit financeiro, o atual prefeito, um dia após ter assumido o cargo, emitiu o Decreto nº 01/2017, com a justificativa de que "processos licitatórios e outros processos seletivos demoram para terminar". Paralelamente, ele dispensou a licitação em todos os procedimentos, atos e contratos celebrados pela Prefeitura de União,

com altos valores e sem qualquer observância dos critérios legais.

Na ação civil pública, a promotora de Justiça esclarece que tais fatos não justificam a decretação de situação de emergência e calamidade financeira, só cabível em caso de desastres de grande proporção, capazes de comprometer, de forma significativa, o exercício da competência administrativa e legislativa do município, situação prevista no artigo 30 da Constituição Federal.

O decreto assinado pelo prefeito estabelece, entre outras medidas, "a dispensa em caráter urgente de licitação para contratação direta de aquisição de combustíveis para atender a necessidade da Prefeitura de União" e "a contratação direta de aquisição de medicamentos para as unidades de saúde do Município". Neste último caso, o Ministério Público apurou que duas empresas foram contratadas, cada uma com valores acima de R\$ 300 mil.

## Outro lado

O procurador-geral do município de União, Pedro Costa, afirmou que a prefeitura agiu estritamente dentro da lei e que a finalidade principal do decreto foi dar publicidade à emergência por que passava o município para a aquisição de medicamentos e combustíveis - o que ocorreu com dispensa de licitação.

"O decreto foi revogado antes de a promotora ajuizar a ação. O decreto de emergência teve como finalidade nuclear a publicização da necessidade emergencial de se adquirir determinados bens materiais, principalmente os medicamentos e os combustíveis. Então, o decreto teve como finalidade principal publicizar a necessidade emergencial. Tanto é que chegou ao conhecimento do TCE e do Ministério Público. Verificou-se que o contrato de combustível feito pela ex-gestão encerrou no dia 31 de dezembro [de 2016]. Então,

o município de União precisa ter combustível suficiente pra continuar executando serviços indispensáveis, principalmente no que tange à saúde, referente ao transporte de pacientes, etc. Em relação a medicamentos, a situação era ainda mais emergencial. Não havia medicamentos suficientes para atender a demanda e a prefeitura abriu um procedimento administrativo onde todos os requisitos da Lei nº 8.666 foram observados, tanto é que não existe nenhum indício de ilegalidade ou de infração em relação à regularidade da licitação", destaca o procurador-geral do município.

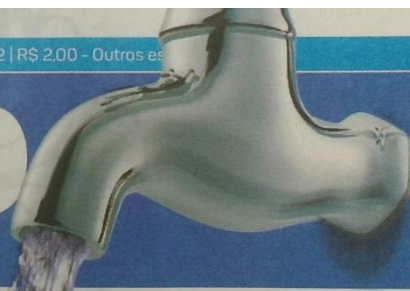
Pedro Costa ressalta que a principal preocupação do Ministério Público é que os gestores não utilizem os decretos de emergência para burlar a Lei de Licitações (Lei nº 8.666). No entanto, ele enfatiza que a Prefeitura de União tomou todos os procedimentos determinados pela lei.

QUARTA

22 de fevereiro de 2017 | Teresina - Piauí | Ano 29 - Nº 11.032 | R\$ 2,00 - Outros es

# DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ





# Governo do Estado perde R\$ 284 milhões em investimentos no sistema de água e esgotos

Foram perdidos R\$ 116 milhões em 2016 e mais R\$ 168 milhões este ano

Luciano Coelho  
Repórter de Política

O Governo do Piauí já perdeu R\$ 116 milhões de investimentos em água e esgoto pelo atraso de um ano no cronograma da sub-

concessão dos serviços da Agespisa. Agora pode perder mais R\$ 168 milhões se não fechar o contrato com a Aegea Saneamento para aplicar esse dinheiro em investimentos no sistema até o final do mês de março. O processo licitatório ainda depende de parecer do Ministério Público de Contas para ser homologado e assinar o contrato da subconcessão dos serviços da Agespisa.

No ano passado era para a empresa ter investido R\$ 30,19 milhões em água, e R\$ 12,23 milhões em esgoto, além de R\$ 2,12 em outras áreas do sistema, o que totalizaria R\$

44,44 milhões. Neste ano de 2017, seriam investidos R\$ 30,32 milhões em água e R\$ 38,59 milhões em esgoto. Sendo que ainda teria outros R\$ 3,44 milhões para outros investimentos no sistema. Esses recursos já foram comprometidos.

O governador Wellington Dias esteve no Tribunal de Contas do Estado pedindo pressa na apreciação do processo que questiona a licitação da subconcessão. Wellington afirmou que o Estado vai seguir todas as diretrizes determinadas pelo TCE, mas quer agilidade no parecer e no julgamento.

“Quanto mais cedo, me-

nos riscos a gente tem. E teremos mais condições de garantir obras e investimentos no sistema para o abastecimento de água e no saneamento básico”, adiantou o governador.

O presidente do Instituto de Águas do Piauí, Herbert Buenos Aires, informou que os primeiros investimentos da empresa no sistema estão com atraso de um ano, por problemas na licitação da parceria público-privada. Por conta disso, terão que estender o cronograma para os anos seguintes.

A empresa vencedora da PPP teria que investir R\$ 1,7 bilhão no sistema, sen-

do que teria que universalizar o abastecimento de água até 2018, aplicando R\$ 470 milhões para recuperar o sistema e fazendo as ligações nas residências que não têm acesso à água.

Outros R\$ 1,19 bilhão seriam utilizados para fazer a rede de esgoto, atendendo 80% da cidade até 2026. “Já temos um ano perdido nas duas etapas. O cronograma terá que ser revisado e colocado pelo menos um ano mais para frente. Tem que ver cada período e o que vai ficar para depois. Nesse primeiro ano teve uma perda de cerca de R\$ 116 milhões”, adiantou Herbert Buenos Aires.



Governador Wellington Dias pediu agilidade na apreciação do processo de subconcessão ao relator, conselheiro Kennedy Barros

## Processo será julgado tão logo tenha o parecer

O conselheiro Kennedy Barros, relator do processo da licitação da subconcessão, afirmou que depende do parecer do MPC para pedir pauta para julgamento do processo. O Procurador do TCE, Plínio Valente, disse que o relatório dele vai ser rápido e o que está sendo questionado são pontos da licitação. “Vamos fazer isso o mais breve possível e encaminhar para o

relator que vai marcar a pauta para julgamento, podendo até ser extra-pauta”, adiantou.

“Precisamos da instrução do processo para poder concluí-lo. Quando tiver em mãos, vamos pedir a pauta”, adiantou o conselheiro. Ele disse que o procurador Plínio Valente recebeu o processo há uma semana, e é um processo complexo. “Ele está estudando o assunto e acredito que já

está concluindo. Ele está muito interessado”.

Kennedy disse que o governador teve uma abordagem muito objetiva, dizendo que não tem interesse que o contrato vá para A ou para B, ele quer que seja resolvido e breve. O governo pode até não ter o prejuízo financeiro, mas terá prejuízo no tempo para os investimentos. (LC)

## Agespisa terá seis meses para fazer a transição

Com o atraso no cronograma traçado inicialmente, a Agespisa tem uma sobrevida, mas a partir da homologação da licitação e a assinatura do contrato a empresa terá um prazo de seis meses para mudar a gestão, sendo esse sistema administrado pela empresa Aegea Saneamento sob a supervisão do Instituto de Águas.

A direção da Agespisa

vai acompanhar a transição, juntamente com o Instituto, fazendo as operações e fiscalizando o serviço em conjunto. Após o repasse da estrutura, o Instituto assume a supervisão dos trabalhos para o cumprimento do contrato e cabe a Arsete fiscalizar o contrato da subconcessão dos serviços de água e esgotos em Teresina. (LC)



# Requerimento de audiência pública para discutir subconcessão da Agespisa é aprovado

“Nosso intuito é que se tenha uma discussão mais ampla sobre o assunto com todos os entes envolvidos, para ser algo mais esclarecedor”, disse Rubem Martins

21/02/2017 - Atualizado em: 21/02/2017, 14:11

Publicado por: Jéssica Kamila



Secretários participarão de audiência pública sobre licitação da Agespisa, na Alepi (Foto: Édrian Santos/ OitoMeia)

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Themístocles Filho(PMDB), disse, nesta terça-feira (21/02), que os secretários de Fazenda, Rafael Fonteles, e de Administração, Franzé Silva, participarão da audiência pública que ocorrerá na Assembleia Legislativa para debater o processo de licitação da subconcessão dos serviços da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa).

Na manhã desta terça-feira, a Assembleia aprovou requerimento apresentado pelo deputado Gustavo Neiva (PSB) pedindo que a audiência pública seja realizada no horário do grande expediente da sessão plenária do próximo dia 7 de março com a presença da superintendente do Programa de Parcerias Público Privadas do Estado, Viviane Moura, e do diretor do Tribunal de Contas do Estado, Plínio Castro.

Ao ocupar a tribuna para defender o requerimento, Gustavo Neiva fez um apelo ao TCE para que suspenda a apreciação do processo de licitação dos serviços de água e esgotos da Agespisa até que o assunto seja discutido na Assembleia Legislativa. Themístocles Filho sugeriu que Gustavo Neiva entre em contato com o presidente do TCE, conselheiro Olavo Rebelo, para fazer a solicitação.

Outro deputado que pediu pela suspensão do processo foi Rubem Martins (PSB). “Nós queremos que o tribunal só julgue essa subconcessão depois da audiência pública que nós solicitamos. Então nosso intuito é que se tenha uma discussão mais ampla sobre o assunto com todos os entes envolvidos, para ser algo mais esclarecedor. Acho que isso é uma coisa de volume muito grande que necessita que nós analisemos com todo cuidado até para que o próprio tribunal tenha algo mais firme e seguro”, disse o parlamentar ao **OitoMeia**.

# Prefeito Erivelto Barros recua e anula decreto de emergência

Pouco mais de 40 dias após decretar estado de emergência no município de Bocaina, o prefeito Erivelto de Sá Barros (PSB) voltou atrás e tornou a medida sem efeito.

JOSÉ MARIA BARROS

22/02/2017 © 09h21

[f](#) Compartilhe no Facebook

[t](#) Compartilhe no Twitter

[g+](#) Compartilhe no Google+

[✉](#) Enviar por E-mail

[+](#) Mais opções

Com uma série de alegações o prefeito de Bocaina, Erivelto de Sá Barros (PSB), recuou e tornou nulo o decreto 001/2017, que determinava estado de emergência financeira e administrativa em toda extensão territorial do município por 90 dias, prorrogável por igual período.

O decreto anulando o estado de emergência no município de Bocaina foi assinado no último dia 15 de fevereiro pelo prefeito Eriberto de Sá Barros (PSB). Cópia do documento foi publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição da última segunda-feira, página 50.

Para anular o decreto, o prefeito Erivelto Barros (PSB) fez algumas alegações. Dentre elas a de que, após minuciosa análise dos documentos encontrados na sede da prefeitura e informações prestadas pelos servidores efetivos do município, pôde-se dar o devido andamento da máquina pública sem prejuízos para os munícipes.



Erivelton está confiante na vitória



O prefeito considerou também o saldo bancário encontrado nas contas públicas e o aumento nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dos primeiros meses do ano de 2017.

“O decreto que ora se torna nulo foi expedido levando em consideração situações alarmantes que ao longo do mês de janeiro de 2017 foram sendo contornadas e solucionadas. Razão pela qual esta administração reconhece a não mais existência de estado de emergência e, por meio deste [decreto] revoga a condição outrora decretada” – escreveu o prefeito.

### **Emergência**

Pelo decreto de emergência assinado pelo prefeito de Bocaina, Erivelto de Sá Barros (PSB), no dia 3 de janeiro deste ano, a administração pública municipal ficava autorizada a contratar serviços e adquirir materiais essenciais sem a necessidade de certame licitatório.

Em diversos municípios piauienses esses decretos foram questionados pelo Ministério Público Estadual e, em alguns casos, promotores determinaram a abertura de inquérito civil público para verificar se a medida era necessária.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) também se manifestou sobre o tema. Em sessão plenária do último dia 2 de fevereiro, a corte determinou aos prefeitos dos municípios em estado de emergência ou calamidade, que se abstivessem de realizar Carnaval, festejos e outros eventos que impliquem em contratação de bandas e realização de despesas com recursos públicos.

### **Carnaval da Barragem**

O prefeito de Bocaina, Erivelto Barros (PSB), já confirmou a realização do Carnaval da Barragem, cuja programação terá dois dias de festa. No domingo, 26, animado por Edy Sacana e Lavaxé e na terça-feira, 28, com animação de Cleydson Rocha Elétrico e Xé Balada.

As bandas que animarão o carnaval da Barragem, em Bocaina, foram contratadas sem passar pelo processo licitatório. Para tanto, a Prefeitura Municipal celebrou no último dia 13 de fevereiro, contrato de 54 mil reais com a empresa Curtição Entretenimento Ltda. Na data, o decreto de emergência ainda estava em vigor.

O objeto a prestação de serviços artísticos para contratação de bandas nacionais para realização do carnaval 2017 no município de Bocaina-Piauí. Fonte de recursos FPM, IPVA, ICMS, arrecadação e outras receitas próprias. O prefeito Erivelto Barros (PSB) foi quem reconheceu e ratificou a inexigibilidade de licitação.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/prefeito-erivelto-barros-recua-e-anula-decreto-de-emergencia-409657.html>

# Julgamento de subconcessão da Agespisa deve ocorrer em março

O processo está em análise no TCE-PI, depois de denúncia feita pela empresa Águas do Brasil, que diz ter sido prejudicada na licitação.

PRISCILA CALDAS

21/02/2017 © 20h57 - atualizado © 20h57

f Compartilhe no Facebook

🐦 Compartilhe no Twitter

g+ Compartilhe no Google+

✉ Enviar por E-mail

+ Mais opções

O **governador Wellington Dias (PT)**, acompanhado dos secretários de Governo, Merlong Solano, e de Administração e Previdência (SeadPrev), Franzé Silva, visitaram o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), nessa segunda-feira (20), para conversarem com o presidente do órgão, conselheiro Olavo Rebelo e outros conselheiros sobre a **licitação da subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina**. O processo está em análise no TCE-PI, depois de **denúncia feita pela empresa Águas do Brasil**, que diz ter sido prejudicada na licitação. O procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), Plínio Valente, participou da reunião.

O relator da ação judicial, conselheiro Kennedy Barros, afirmou que pedirá pauta do processo logo que receber o parecer do procurador Plínio Valente. A previsão é que o processo entre em pauta de julgamento no dia 1º de março.



Governador visita TCE-PI para falar sobre a subconcessão da água



Wellington Dias destacou a importância da subconcessão para Teresina e pediu ao presidente Olavo Rebelo, aos demais conselheiros e ao procurador-geral do MPC pressa na apreciação e julgamento do processo. O governador do Piauí ressaltou também que a subconcessão prevê investimentos de R\$ 1,7 bilhão no abastecimento d'água e esgotamento sanitário de Teresina, que possibilitarão a universalização dos serviços.

“Não é só Teresina, temos que cuidar de todo o estado. Esse é um processo integrado, com três níveis. O primeiro contempla as cidades maiores, outro as cidades médias e ainda um para as cidades e comunidades menores”, afirmou.

Foto: Lucas Dias/GP1



Wellington Dias

“O Estado não dispõe desses recursos e precisamos da parceria com empresas privadas. Por isso viemos fazer um apelo ao presidente e aos demais conselheiros, para apressarem uma solução para o impasse na licitação”, complementou Wellington Dias.

Para o governador, será necessário um investimento de R\$ 4,7 bilhões para que, em dez anos, o fornecimento de água seja universalizado. “Isso só é possível por meio de Parceria Público Privada (PPP). Não temos outra alternativa, nem pelo estado, nem empréstimos ou pelo Governo Federal. Estamos tocando uma carteira de obras que estava em andamento e adiante serão feitas a partir dessa modelagem”, disse.

Por fim, Wellington Dias pediu agilidade no processo. “Respeitaremos qualquer resultado do TCE, mas faço um apelo e acredito que darão agilidade, claro que respeitando o tempo dos procedimentos e dentro da legalidade, para que assim tenhamos menos riscos para o sistema e melhores condições para garantir os investimentos em obras, para levar água e saneamento à população”, finalizou.

## TCE-PI

O presidente Olavo Rebelo relatou que os conselheiros ouviram os argumentos do governador e adiantou que o TCE-PI analisará o processo no tempo e com o zelo necessário.

“O governador expôs os argumentos em favor da subconcessão e solicitou ao relator e ao procurador-geral do Ministério Público de Contas que apressem a solução do processo. Deste modo, o procurador dará o parecer e encaminhará ao relator, que pedirá que o processo seja colocado em pauta de julgamento”, explicou.

Foto: Lucas Dias/GP1



Olavo Rebelo

### **Entenda a subconcessão da Agespisa**

A Agespisa é uma empresa que funciona sob o regime de economia mista. A mudança para o Instituto de Águas, que funcionará por meio de uma parceria com o setor privado, **foi criada pelo Governo do Estado em 2015**, em que a vice-governadora Margarete Coelho baixou um decreto permitindo a instituição do orçamento para a criação. O valor é referente para os próximos trinta anos.

Desde o começo da possível mudança, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Piauí (Sintepi) **tem se manifestado contrário a mesma**. Em julho do ano passado, **os servidores realizaram um protesto** contrário a subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgoto da capital. O fato aconteceu em frente à sede da Superintendente de Parcerias e Concessões (Suparc).




Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/julgamento-de-subconcessao-da-agespisa-deve-ocorrer-em-marco-409594.html>

# TCE revoga decisão e permite contratações em Buriti dos Lopes

Tribunal havia suspenso 55 nomeações de concursados e proibiu o gestor de fazer novas nomeações.

RAYANE TRAJANO

22/02/2017 @ 07h56 - atualizado @ 07h56

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Piauí revogou a determinação que proibia o prefeito de Buriti dos Lopes de fazer nomeações no município. O Tribunal havia suspenso 55 nomeações de concursados e proibiu o gestor de fazer novas nomeações. A revogação aconteceu em sessão plenária no dia 16 de fevereiro.

A decisão anterior foi dada porque as contratações foram feitas pelo ex-prefeito Bernildo Duarte Val em período proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Com a nova gestão assumida pelo prefeito Júnior Percy, os conselheiros entenderam que a proibição era desnecessária.

A determinação da suspensão das nomeações aconteceu em sessão plenária no dia 15 de dezembro. Passado o prazo de restrição pela legislação, o conselheiro relator viu a necessidade de reavaliar a decisão e votou pela revogação, visto que o atual prefeito precisa fazer nomeações para a atual gestão.

O voto do conselheiro Jackson Nobre Veras foi acolhido pelos demais conselheiros em unimidade. Em relação às nomeações de concursados que foram suspensas, permanecem, “até que se constate a legalidade das referidas nomeações”.


Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-revoga-decisao-e-permite-contratacoes-em-buriti-dos-lopes-409649.html>

# Tribunal de Contas aplica multa ao ex-prefeito Pedro Daniel


No julgamento das contas os conselheiros do Tribunal de Contas analisaram algumas irregularidades, como ausência em procedimentos licitatórios para aquisição de determinados serviços e/ou produtos.


BÁRBARA RODRIGUES


21/02/2017 @ 21h22 - atualizado @ 21h22

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O ex-prefeito de Campo Alegre do Fidalgo, Pedro Daniel Ribeiro, teve a prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2014 aprovadas com ressalvas e deverá pagar multa após o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) encontrar algumas irregularidades.

No julgamento das contas os conselheiros do Tribunal de Contas analisaram algumas irregularidades, como ausência em procedimentos licitatórios para aquisição de determinados serviços e/ou produtos, fragmentação de despesas e débito com a Eletrobras.

Apesar dessas falhas, eles entenderam que elas não ensejam a reprovação das contas, então os conselheiros decidiram pela aplicação de multa ao ex-prefeito Pedro Daniel Ribeiro no valor correspondente a 1.500 UFR-PI, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas (FMTC).

Participaram do julgamento os conselheiros Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Lillian de Almeida Veloso Nunes Martins, Jackson Nobre Veras, Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga e o Alisson Felipe de Araújo, além do representante do Ministério Público de Contas, o procurador Leandro Maciel do Nascimento.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tribunal-de-contas-aplica-multa-ao-ex-prefeito-pedro-daniel-409591.html>